

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

Daniel Rodrigues Fernandes

Violência silenciosa: uma escuta

**Porto Alegre
2012**

Daniel Rodrigues Fernandes

VIOLÊNCIA SILENCIOSA: UMA ESCUTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo.

Orientadora: Fernanda Spanier Amador

**Porto Alegre
2012**

Daniel Rodrigues Fernandes

VIOLÊNCIA SILENCIOSA: UMA ESCUTA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Psicólogo.

Orientadora: Fernanda Spanier Amador

CONCEITO FINAL

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fernanda Spanier Amador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**Porto Alegre
2012**

Resumo

A violência é tida como um dos mais marcantes problemas da atualidade. Neste trabalho considerou-se que o próprio conceito de violência, a visão e o uso que se tem do mesmo, constituem um problema de fundo. Este escrito toma como questão o reconhecimento de uma seletividade na determinação do que é ou deixa de ser violência. Vivemos em uma época em que o conceito “violência” só é utilizado enquanto tal quando esta é devidamente localizada de maneira que, quando nos referimos à violência, mantemos de fora uma grande gama de fenômenos que poderiam também estar contidos no conceito. Deste modo, a violência só é assim considerada quando possui certo autor, localidade e forma específicas. A partir dessas observações, propôs-se elaborar um ensaio tendo como tema os diversos modos de expressão da violência na cidade, com especial foco em dar visibilidade à violência que “sobra” frente a delimitação da violência conceituada. A metodologia escolhida para a realização do mesmo foi a da cartografia, entendendo que a mesma permite ouvir as expressões da violência em seus fluxos, uma vez que esse método não se restringe a descrever ou classificar contornos formais dos objetos do mundo, mas preocupa-se, principalmente, em traçar o movimento próprio que anima esses objetos. Em concordância com o método, buscou-se elaborar uma escrita exploratória do tema na forma de *ensaio*, com o objetivo de não fechar a questão, mas esboçar seus contornos. A cartografia foi construída a partir de leituras de vivências na cidade, possibilitadas em um percorrer trajetos da mesma, registrando (tal qual o filme fotográfico, que registra uma imagem ao sensibilizar-se) sensações e afetos que indicavam um caminho de trabalho. Realizou-se, com isso, a apresentação de violências *silenciosas* e de violências *silenciadas*, bem como uma leitura do próprio saber técnico/acadêmico como uma forma de violência. Por fim, apresenta-se o silêncio não mais apenas como um produto da violência, mas também a possibilidade de usá-lo como um instrumento de resistência às violências apresentadas.

Palavras-chave: Violência, Silêncio, Cidade.

Abstract

Violence is seen as one of the most striking problems of the current times. In this research, the concept of violence, along with its uses and understandings, was taken as a background problem. This paper considers the selectivity in the determination of what is taken as and what is not taken as violence as a question. We live in a time in which the concept “violence” is only used when it is “properly” delimited, in a way in which, when we talk about violence, we exclude from the term a wide range of phenomena that could also be part of it. Violence is only taken as violence when executed by a certain actor, in a certain place and in a certain way. From these observations, the proposal of this paper is to elaborate an essay thematizing the diverse ways in which violence makes itself know in the city, with a special focus in making visible the violence which is excluded from its “proper concept”. The chosen methodology is the cartographic method, since it allows the hearing of violence's expressions in its fluxes, as this method aims to trace the movements that impart life on the objects of the world, rather than describe or classify them. In accordance with the chosen method, an exploratory writing on the form of an *essay* was attempted, aiming on developing a question, rather than solving it. The cartography was made based on city experience perceptions, which were made possible while trailing its routes, registering (in analogy to the photographic film, material which registers a light impression by way of being sensibilized) sensations and affections which showed a way of working. In this way, this work presents *silenced* violences and *silent* violences, as well as it develops the idea of the technical/academic knowledge as a kind of violence. It also shows the silence as not just a product of violence, but as one possibility of resisting the presented violences.

Keywords: Violence, Silence, City.

Sumário

Para falar de uma violência que não se vê nos noticiários.....	6
Estratégias para um caminhar.....	7
Breve consideração acerca do cenário.....	10
Primeira esquete: Espera.....	10
Primeira digestão.....	12
Segunda esquete: Acolhimento?.....	13
A produção do inimigo.....	14
A condição inumana.....	17
Terceira esquete: Quando o silêncio faz-se ouvir.....	18
De um intervalo necessário para considerações e uma pausa para um filme.....	20
Outras violências, outros silêncios.....	23
Quarta esquete: Quando o silêncio faz calar.....	26
O saber enquanto violência.....	27
Quinta esquete: Experiências efêmeras.....	29
Cena 1 – Para não dizer que não falei de sonhos.....	29
Cena 2 – A questão da escrita.....	30
Última digestão – Antropofagizar e criar corpo.....	30
A apropriação da violência enquanto resistência.....	32
Conclusão?.....	34
Referências.....	35

Violência Silenciosa: Uma Escuta

Para falar de uma violência que não se vê nos noticiários

A violência é tida como um dos mais marcantes problemas da atualidade, haja vista as constantes discussões a respeito de violação de direitos humanos em prisões, bullying nas escolas, assaltos crescentes, agressões contra a mulher, entre outras. Porém, antes de dizer isto, creio ser importante aclarar que o próprio conceito de violência, a visão e o uso que se tem do mesmo, constituem um problema de fundo. Quando trato desse problema, trato de uma seletividade na determinação do que é ou deixa de ser violência. Explico: vivemos em uma época em que a violência (conceito) só é reconhecida como tal quando devidamente localizada de maneira que, quando nos referimos à violência, mantemos de fora uma grande gama de fenômenos que poderiam também estar contidos no conceito. De tal modo, a violência só é assim considerada quando possui certo autor, localidade e forma específicos.

Hanna Arendt (1985) diz ser surpreendente o fato da violência ter sido tão raramente objeto de consideração, visto que essa sempre desempenhou papel de destaque nas atividades humanas. Para ela, isso demonstra o quanto a violência e sua arbitrariedade tornaram-se fatos corriqueiros, e sua conclusão é de que ninguém questiona ou examina a questão uma vez que essa tenha tomado o lugar de obviedade.

Como bem explicita Bondía (2002), as palavras com que nomeamos o que somos, fazemos, pensamos, percebemos e sentimos são mais que simplesmente palavras; de tal feita, as lutas pelas palavras, seu significado e seu controle, sua imposição, sua desativação e seu silenciamento são lutas em que muito mais do que “somente palavras” é posto em jogo. A escolha do termo violência para designar certas situações e não outras coloca em questão o que mais, para além do conceito, está sendo mobilizado por esses discursos.

Em vista dessas questões, proponho elaborar um ensaio tendo como tema os diversos modos de expressão da violência na cidade.

Tavares dos Santos, apoiado nas análises de Bourdieu, fala que vivemos em um horizonte de representações sociais de violência que busca criar a mesma como fenômeno dramaticizado, extraordinarizado (Tavares dos Santos, 2009). Essa visibilização de certa forma de violência gera, como efeito secundário, uma invisibilização de outras formas, que, por serem mais negligenciadas,

tem a possibilidade de seus efeitos serem mais pervasivos e, pior, aceitáveis. São violências que ocupam o silêncio (tanto adotando um espaço de *ocultamento*, como ocupando o espaço de *impensável*, conforme as figuras de silêncios propostas por Najmanovich¹). Vera Vital Brasil (2009) fala de uma *violência silenciada*, uma violência negada em função do sofrimento que a percepção da mesma implica, mas também relacionada a um olhar mergulhado na distância, mediado por relações de classe social e localidades. A mesma autora também trata desse silenciamento da violência quando a mesma é tomada por um ouvinte (no seu artigo, ela fala de profissionais da saúde) de maneira “privatizante”, retirada de seu contexto político, calada no âmbito do social. Essas violências esquecidas são as que eu gostaria de abarcar neste trabalho.

Baptista (1999) nos lembra que os dejetos (no nosso caso, a violência que sobra de sua própria conceituação) tem potencial de nos contar histórias que nos apresentam uma ferramenta (cruel, desconcertante, mas ainda promissora) - o cotidiano - e que por meio dos detritos podemos descobrir outras versões da história. É nessas versões bastardas da história que busco ouvir a violência, seus efeitos, seus discursos e seus meios de apresentar-se, bem como seus silêncios.

Estratégias para um caminhar

Heidegger (2006) diz que sabemos demais e acreditamos muito rapidamente no que sabemos, e que talvez em função disso nos seja tão difícil adquirir familiaridade com a questão nascida da verdadeira experiência; segundo o filósofo, para que isso ocorra, é preciso poder espantar-se diante do simples e assumir esse espanto como morada. A leitura que me cabe fazer aqui é que não me é possível tratar da violência a partir de um conhecimento a priori do que isso vem a ser, e muito menos de uma teorização fria que não me coloque em relação com esse fenômeno. É necessário que no encontro com tal coisa, possa-se produzir um estranhamento (o espanto como morada do qual nos fala Heidegger), é preciso que algo nos aconteça. Porém, viabilizar que tal encontro ocorra não é tarefa fácil, e cabe pensar quais métodos são mais adequados para tal.

¹ Denise Najmanovich (2000) propõe pensar o silêncio enquanto constituinte de toda criação e possibilidade do pensamento, uma vez que todo pensamento implica em uma escolha, uma perda. “Para construir um modelo de pensamento – qualquer que seja este – algo será deixado de lado, cairá em silêncio, será ausência e dessa maneira estará presente, formará parte de uma trama, participará na produção de sentido e da possibilidade de criar novos conhecimentos”. Nesse sentido ela assinala três *figuras de silêncio*, a saber: o silêncio *ocultamento* – caracterizado pela omissão, pelo segredo e pela ausência, sendo o aspecto mais comumente lembrado -, o silêncio *impensável* – silêncio que não se relaciona com o oculto ou com o que se nega, mas com aquilo que “está para além da linguagem”, que não se pode aparecer no dizer, mas que está ali, produz efeito e se mostra desde a ausência – e o silêncio *criativo* – aquele que permite o espaço para a diferença, para que algo novo apareça. Este último também é chamado por ela de silêncio *oportunidade*, e tratarei dele mais adiante no decorrer deste escrito.

O método que me permite ouvir as expressões da violência em seus fluxos é o método da cartografia. A cartografia é um método que não se restringe a descrever ou classificar contornos formais dos objetos do mundo, mas preocupa-se, principalmente, em traçar o movimento próprio que anima esses objetos; mais, considerando que acessar tal plano de forças é sempre habitá-lo, configura-se como uma prática de intervenção (Escóssia, 2012). Cartografar significa percorrer questões mais do que buscar respostas: suportar um problema (em sua potência questionadora), dar voz (ou melhor dizendo, ouvir a voz e deixá-la falar) àquilo que pede passagem, é manter-se caminhando. A prática do cartógrafo implica em habitar a experiência (entendendo a experiência como superfície de registro, como nos indicam Passos e Benevides, 2009, e não como acúmulo de eventos), permitir-se o encontro com fluxos de um devir-mundo que tece e configura tanto a cartografia quanto o próprio cartógrafo em seu fazer (Costa, Angeli e Fonseca, 2012), trabalhar com uma *política cognitiva* na qual a matéria não seja vítima no movimento de produção do pesquisador-sujeito, mas que não se submeta ao domínio e exponha na sua resistência veios e caminhos a serem seguidos, dando luz ao conhecimento como composição (Kastrup, 2007). Não se pretende, pela cartografia, encontrar a “verdade essencial” de determinada coisa (no nosso caso, a violência), mas mapear a coisa, seguir ela por suas várias intensidades e permitir que ela diga de si.

A opção metodológica tomada de referência pauta-se pela constituição de um observar-experienciando, ou, no sentido em que tratam Aguiar e Lima (2012) quando propõem um observar-participando, uma forma de perturbar realidades. Tentamos aqui, ao dar ouvidos e visibilidade à *violência silenciosa* (a violência que sobra frente à violência vigente e insistentemente visibilizada, a violência que é ocultada e silenciada), lançar mão de um *silêncio oportunidade* (uma das figuras de silêncio propostas pela epistemóloga Denise Najmanovich) – dar lugar à potência poética, habitar o silêncio – esse instante em que se corta a imobilidade da certeza e se abre espaço à diferença onde possa emergir a novidade -, deixar-se fluir para dar oportunidades a outras palavras, outros ritmos, outras harmonias, sabendo sempre que essa é uma tarefa que só se pode empreender e sustentar como um “desatino controlado” (Najmanovich, 2000). É uma aposta na geração de afetos a partir de um movimento e da geração de movimentos outros a partir da afetação (Lazzarotto e Carvalho, 2012): “trata-se de produzir, na obra, um movimento capaz de comover o espírito fora de toda representação; trata-se de fazer do próprio movimento uma obra, sem interposição; de substituir representações mediatas por signos diretos; de inventar vibrações, rotações, giros, gravitações, danças ou saltos que atinjam diretamente o espírito” (Deleuze, 2006).

Em concordância com o método cartográfico de encontro com a violência na cidade, busco

elaborar uma escrita exploratória do tema na forma de *ensaio*. O ensaio, tal como proposto por Adorno (2003), se caracteriza por sua “intenção tateante” (o referido autor nos lembra que a etimologia da palavra ensaio vem de tentativa), com a qual o texto tenta desencavar aquilo que não cabe nos conceitos, os pontos cegos de seu objeto. A lei formal mais profunda do ensaio é a *heresia*, visto que “apenas a infração à ortodoxia do pensamento torna visível, na coisa, aquilo que a finalidade objetiva da ortodoxia procurava, secretamente, manter invisível”. Se procuro ouvir com essa pesquisa uma violência que tenho por silenciosa, tal lei apresenta-se como muito adequada.

A cartografia será construída a partir de leituras de vivências na cidade, possibilitadas em um percorrer trajetos da mesma fotografando, gravando, sentindo, cheirando, pensando, cantando, videografando, perdendo-se, fechando os olhos, escrevendo, pensando; enfim, registrando (tal qual o filme fotográfico, que registra uma imagem ao sensibilizar-se) sensações e afetos que indiquem um caminho de trabalho.

Enquanto estratégia para deixar-se afetar por tais encontros, lançarei mão de um diário de bordo. Tal diário tem por finalidade apurar a percepção e a sensibilidade para os acontecimentos e fluxos da cidade, fazendo função de um instrumento de escrita e leitura exploratória. O diário de bordo, na concepção na qual o tomo, carrega em si um pouco dos objetivos dos *hypomnemata* analisados por Foucault: memória material das coisas lidas, ouvidas ou pensadas; instrumento operador, através da escrita, da transformação da verdade em *ethos*; narrativa que, na escolha de elementos heterogêneos, sirva a nada menos que a constituição de si. Em suma, ainda nos dizeres de Foucault, o papel de sua escrita e leitura é constituir corpo: “E, este corpo, há que entendê-lo não como um corpo de doutrina, mas sim – de acordo com a metáfora tantas vezes evocada da digestão – como o próprio corpo daquele que, ao transcrever as suas leituras, se apossou delas e fez sua a respectiva verdade: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida 'em forças e em sangue' (in vires, in sanguinem)” (Foucault, 1992).

A prática do registro no diário de bordo ainda auxiliará no mapeamento de situações em que a violência se ponha enquanto elemento a ser percorrido, fazendo questão e tensionando os modos de vivenciar. De maneira a potencializar as questões que essas expressões de violência colocam, essas situações comporão *esquetes dramáticas* que serão apresentadas no ensaio proposto, cenas[-vivências] que convocam ao questionamento, em analogia com as *dramáticas do uso de si* – termo que Schwartz (2009), no uso dos estudos acerca da atividade humana, mais notadamente do trabalho, usa para designar as vivências nas quais as pessoas fazem uso de si, escapando de

qualquer procedimentação, confrontando e retrabalhando os valores que cada um traz consigo.

Breve consideração acerca do cenário

Todas as esquetes trabalhadas terão como pano de fundo a cidade. Caracterizemos este cenário então. Huxley (2004) conceitua as sociedades humanas (e as cidades, por extensão) como máquinas para o viver coletivo. Moura (2007) lembra que o espaço urbano, desde a Idade Média, passando pela Renascença e consagrando-se no século XIX, foi o espaço da diversidade por excelência, configurando-se como *palco da modernidade*, onde seus diversos sons, máscaras e possibilidades de desejo são transpostos para a exposição como em uma vitrine. Segundo a autora, o mundo da rua apresenta-se também como o mundo do *outro*, e o deslocamento pelos trajetos urbanos pode ser visto como um atravessar o tempo inquietando-se e refletindo sobre o acontecimento. A cidade é, então, campo privilegiado para a emergência das dramáticas do uso de si que se configuram no encontro com a alteridade.

Para Castro (2012), a cidade é produtora de subjetividades, de modos de pensar e produzir a continuidade e a permanência humana. Citando Levi-Strauss, essa autora afirma que “a cidade é a coisa humana por excelência”, e que, como coisa humana que é, ancora processos de produção de riquezas e serviços e de restos dessa produção que se apartam do conjunto da sociedade. Em parte, é nos processos de apartamento desses restos produzidos que encontraremos as situações que evidenciam a violência silenciosa. Vamos a ela.

Primeira esquete: Espera

É o início de uma tarde quente de setembro, e o ambiente é de espera e ansiedade. Em um galpão malcuidado, várias pessoas esperam. Esperam para encontrar-se com parentes e amigos, adolescentes que estão presos em uma unidade de internação provisória por terem, supostamente, cometido algum delito.

Não é uma espera agradável.

O Pesquisador encontra-se nesse espaço. Ele faz parte de um grupo de estudantes que vai a essa fila de espera regularmente, para ouvir o que essas pessoas têm a dizer e pensar intervenções nesse espaço; intervenções que potencializem a vida e a resistência a fluxos estagnantes, despotencializantes.

Uma das colegas chama o Pesquisador a conversar com Uma Mãe que espera na fila. Essa traz uma expressão carregada, postura cansada, desanimada, feridas lhe cobrem os braços. Carrega uma bolsa com alças puídas e desgastadas, que se sustentam por um mísero fiapo – característica que a bolsa parece dividir com a Uma Mãe, que também parece sustentar-se por apenas um fiapo.

Ela começa sua história: tinha ouvido que seu filho ficaria dois anos preso, pois fora pego com armas e drogas. Conta que o rapaz tem dezesseis anos, que nunca foi mal na escola, que era um menino bom; de repente, fora preso e encaminhado à Delegacia para Crianças e Adolescentes. A Uma Mãe não entende como isso foi acontecer, mas sua psicóloga diz que O Tráfico deve ter usado o rapaz, enganado ele com promessas de vida boa e poder, e que uma vez dentro, ele não poderia sair. O rapaz deveria ter sido pressionado a fazer o que fez. O Pesquisador enxerga um beco sem saída nas posições que o rapaz pode ocupar nos discursos que o explicam: ou é vítima do engano do tráfico, ou bandido autor de ato infracional...

A Uma Mãe segue seu relato. Há uma semana não dormia, estando muito preocupada com seu menino. Ele poderia estar sofrendo qualquer coisa dentro da unidade de internação. E se saísse, estava em risco igual. A arma que portava e que fora apreendida com ele era do seu Patrão do Tráfico.

Nesse momento, o tom de voz da Uma Mãe muda. Seus olhos marejam de lágrimas e ela conta de seu encontro com o promotor de justiça no momento em que foi chamada à Delegacia para Crianças e Adolescentes. O promotor havia sentenciado que o rapaz era um vagabundo e marginal, e que Uma Mãe não devia confiar no filho; nas palavras do agente de justiça, “esse tipo de gente não muda, e fala para enganar e convencer que é bonzinho”. Se saísse da internação, não deviam esperar mudança alguma, voltaria em pouco tempo. A Uma Mãe começaria a chorar, mas o promotor a instrui a não derramar lágrimas: “que motivo há para isso? Tem mais é que esquecer e aceitar que teu filho é um marginal mesmo”.

Uma Mãe pondera: como não ouvir tal vaticínio? O promotor é um homem estudado, com autoridade. Já acompanhou diversos casos semelhantes. Uma Mãe sabe (ou deseja saber) que seu

filho é um rapaz bom, não um marginal; mas a profecia do agente do Estado é mais poderosa, e carrega consigo o peso do conhecimento. Uma Mãe quer resistir a essa previsão, resguardar o jovem da pecha de bandido, mas que força ela tem contra o Estado que veio, retirou seu filho e lhe inculcou ideias de morte? Desde a apreensão, Uma Mãe pensa muito em suicídio.

O Pesquisador e sua colega tentam relativizar as palavras do promotor, proteger o intervalo de criação de si mesmo do jovem, para além dos rótulos e das histórias endurecidas. Mas como é difícil!

Primeira digestão

O personagem Pesquisador afeta-se; percebe que encontrou seu objeto, a violência, naquele território existencial. Mas o que vem a ser esse objeto? Ele ainda não sabe (saberá?), mas traça alguns elementos que lhe permitem reconhecê-lo melhor.

O rapaz apreendido não apenas tem a liberdade de seu corpo restringida pela apreensão, mas também possui as significações possíveis de si raptadas e aprisionadas em formas estanques: bandido, marginal, vagabundo, infrator. Embora o jovem não apareça “fisicamente” na história, Uma Mãe tenta preservar seu potencial de diferir de tais rótulos, mas a resistência, embora insistente, é tímida e fraca. A batalha entre as significações com as quais o jovem pode se revestir é desigual, e parece, a uma primeira vista, quase perdida.

Como, embora o filho seja tido como “um menino bom”, após a suposta infração a pecha de bandido cola-se tão “naturalmente” nele? Como as palavras do promotor conseguem extirpar com um corte tão eficiente as outras possibilidades de significação e historicização possíveis para esse corpo?

Um elemento que pode nos ajudar a pensar essa colagem é a violência simbólica proposta por Bourdieu. De acordo com Santos (2009), essa se exerce mediante modos de subjetivação dos agentes sociais envolvidos na relação. Esse tipo de violência institui-se quando o dominado não dispõe – para pensar a si, ao dominante e a relação que estabelece com ele – de nada melhor do que os instrumentos de conhecimento que tem em comum com o dominante, tornando a relação de dominação estabelecida aparentemente natural. O “dominado” da análise de Bourdieu só poderia

construir e reconhecer a si como vítima. As possibilidades de circulação significantes do jovem de nossa esquete parecem delimitadas pelas fronteiras da categoria de infrator, seja como bandido e marginal, seja como vítima da pressão do tráfico. Diante dessa limitação de caminhos, o vaticínio do promotor comprova-se inexorável.

Como constrói-se e mantém-se esse discurso que sustenta a necessidade destes vagabundos, infratores, delinquentes: restos de produção, detritos de sociabilidade? Talvez elementos de uma segunda vivência nos auxiliem a enxergar essa composição.

A violência faz sua participação na primeira esquete, habitando aquele campo de forças e trocas. Mas não a ouvimos no silêncio. É verdade que a violência que aqui encontramos não é a violência berrante dos hematomas, do sangue derramado, da morte espetacularizada, mas também é verdade que a violência vocifera na voz do promotor, que com um só movimento "inocente" cria um bandido e uma suicida em potencial.

Baixamos o volume, mas ainda não ouvimos o silêncio.

Segunda esquete: Acolhimento?

O tempo é outro, e o Pesquisador ainda não se conhece como tal. Dessa vez, ele ocupa o lugar de Estagiário, mas como já o conhecemos por esse nome, o manteremos. Ele atua em um serviço público de saúde que acolhe usuários de drogas da cidade, e sua pouca experiência já é o suficiente para ter muitas críticas quanto à estrutura física do local de atendimento; esse, tal como a população que acolhe, é precário, invisibilizado e abandonado pelo poder público e pela sociedade como um todo. Mas existe uma expectativa de mudança de local, de ocupação de uma estrutura mais acolhedora e adequada, onde as pessoas que ali vão possam de fato sentir-se mais cuidadas e respeitadas.

O Pesquisador casualmente descobre, lendo jornais, que moradores do bairro para onde o serviço em questão estava para se mudar estão organizando um abaixo-assinado para impedir a implantação de moradias populares no bairro, sob a alegação de que a presença das mesmas iria rebaixar o valor de seus bens imóveis. Um incômodo se instala e o Pesquisador fica mais sensível a captar informações referentes à mudança do serviço.

Em seus atendimentos clínicos e conversas de corredor no serviço, o Pesquisador percebe que o incômodo percorre as falas que ali se fazem ouvir. Algumas pessoas mostram-se descrentes de que a mudança irá ocorrer, e os usuários mostram-se temerosos de que aconteça. Segundo muitos, se o serviço de fato mudar-se para onde estava previsto, eles não mais conseguiriam acessá-lo. Não se sentiriam à vontade para circular no bairro que tomam como hostil àqueles que portam suas características. Seu pertencimento só é aceito em uma parte da cidade.

A produção do inimigo

Quando falávamos da cidade, cenário de nossas cartografias e esquetes, apontamos o mundo da rua como o mundo do *outro*. Agora, porém, somos confrontados com a rua e a cidade como lugares onde existe a negação da possibilidade do outro. Pensemos nisso.

Pensemos no outro como ele se apresenta no encontro. Rolnik (2006), quando descreve a ambiguidade dos sinais trocados no mundo desterritorializado da contemporaneidade, diz que esses podem tanto significar atração como traição. A incerteza e a insegurança frente a essa dúvida gera um estado de alerta permanente. A tendência é que a leitura penda para a ameaça de traição, o que Rolnik aponta como um sinal de que a paranoia é a normopatia ambiente. O jeito de construir balizadores, mesmo que provisórios, frente aos vazios de sentido que a novidade do outro nos traz é converter tudo em sinal de perigo. Ocupa-se, assim, esse “invisível explícito” representado pelo encontro com fantasmas e monstros. Constrói-se um inimigo potencial como forma de organização.

A esse inimigo são prescritos estigmas (Santos, 2009), os quais passam a compor nossas representações sociais, que os demarcam e a partir dos quais seus “perigos” são tornados mais “evidentes”. Essas marcas são socializadas e produzidas em massa em uma sociedade que vende e consome a violência como espetáculo – Moura (2007) nos aponta o quanto o consumo se constitui, na contemporaneidade como forma de estar no mundo, de forma que a ponte entre subjetividade e cultura não pode dispensar a incursão pelo consumo –, e pelo espetáculo que gera um padrão consumível fácil de inimigo.

Na tentativa de aclarar o que estou tomando por padrão consumível fácil de inimigo, valho-me aqui de uma fala do escritor e biólogo moçambicano Mia Couto, proferida durante a 58ª Feira do Livro de Porto Alegre. Na ocasião, ele referiu-se à situação atual de seu país como rica em

possibilidades porém difícil, uma vez que esse não mais possui o colonizador como “inimigo fácil”. Em sua leitura, esse inimigo era “fácil” porque externo, em contraposição ao difícil enfrentamento de questões próprias que não se podem atribuir a esse inimigo uma vez que ele tenha sido desconstruído. Essa fala abre espaço para pensarmos o quão efetiva e calmante pode ser a estratégia de constituição do outro em um inimigo para onde podemos isolar características, culpas e questões que não suportamos em nós. Uma vez produzido o “inimigo fácil”, uma “postura fácil” de enfrentamento das questões que foram exiladas nele é inaugurada: o ataque ao seu portador.

Pode ser traçada pelo menos desde Benedicte-Auguste Morel, em seu Tratado das Degenerescências de 1857, a vinculação “científica” de “classes pobres” a “classes perigosas” (conforme nos mostra Lobo, 2008), e Baptista (1999) nos aponta que a lógica kantiana já interpretava "o homem do lugar nenhum" como um “angustiado criminoso em potencial”. O mundo da rua, que estávamos lendo como o mundo do outro², também passa a ser o mundo do crime, e o outro é agora identificado diretamente com o perigo³.

Há mais um elemento que a esquete anterior nos chama a pensar, que é a tensão entre inclusão/exclusão. Os usuários do serviço que se muda(ria) estão incluídos nas malhas das políticas de saúde, e a princípio isso nos dá a impressão de que possuem um lugar de tratamento e acolhimento. Ao mesmo tempo, não se sentem autorizados a andar por certas áreas públicas da cidade, onde são rechaçados e malvistas.

Lília Ferreira Lobo (2008) nos apresenta a ideia de que as sociedades contemporâneas não se constituíram segundo o modelo da exclusão. Trata-se de um jogo complementar entre exclusão e inclusão, de forma que a produção de subjetividades individualizadas deu-se também pelas inclusões institucionais. Ouçamos o que ela tem a dizer disso:

“As diferenças são, pois, o resultado das separações instituídas, não necessariamente por isolamento físico, hierarquicamente traduzidas por padrões que negam positividade a quem deles

² Cabe aqui também ressaltar que o *outro* cada vez mais se configura como o não-eu ou como o externo, talvez um conceito-lugar privilegiado para onde exilar as questões que preferimos manter no silêncio e então atacar.

³ As pesquisas a respeito das representações de doenças ao longo do tempo realizadas por Susan Sontag nos dão mais um interessante exemplo de como o outro passa a ser visto como o externo de onde provém o perigo. Segundo essa autora, uma característica da visão comum da peste é o fato da doença invariavelmente vir de outro lugar. Os diversos nomes que a sífilis recebeu no final do século XV (quando começou a se espalhar pela Europa sob a forma de epidemia) são icônicos deste processo: para os ingleses, era conhecida como “mal-francês”, os parisienses a tinham por *morbus germanicus*, os florentinos a nomeavam “mal-de-nápoles” enquanto os japoneses a tinham por “doença chinesa”. Evidencia-se uma ligação entre o imaginário da doença e o imaginário do estrangeiro, a qual, segundo a autora, tem suas raízes no próprio conceito de *errado*, sempre identificado com o *não-nós*, com o *estranho* (Sontag, 1988).

se desvia. A rigor, é muito difícil, hoje, alguém estar excluído das instituições especializadas (escola, empresa, prisão, quartel, hospital etc.) ou das classificações dos indivíduos que elas constantemente produzem. Desse modo, quase todos estamos integrados a uma rede institucional qualquer, e até o gueto não foge a essa orientação. É mesmo socialmente desejável que a inclusão ocorra, haja vista o perigo que representam os que estão fora das malhas institucionais e seus dispositivos: os bandidos fora da prisão, as crianças de rua fora do trabalho, da família e da escola. É praticamente impossível alguém, por mais socialmente “excluído” que esteja, não ter sido colhido ao menos pelo olhar num fichário de hospício, abrigo, delegacia de polícia ou serviço de assistência; terá sempre parte da vida registrada, sujeita à classificação na ordem de um desvio qualquer, mesmo que nenhuma providência seja tomada para melhorar a sua vida, o que é o mais provável.” (Lobo, 2008, p. 263)

Os institucionalmente incluídos, assim, são segregados porque em processos de inclusão; estão sempre sujeitos a um ideal de integração à corrente dominante, o que caracteriza seu desvio a partir da ideia de falta: os “incluídos” são assim caracterizados por uma negatividade. Talvez não seja repetir demais dizer que sua racionalidade acaba sendo assim negada, posta como negativa.

Acho pertinente pôr mais duas autoras em diálogo com a anterior, de modo a enfatizar os efeitos que esses processos de inclusão e as racionalidades que os sustentam produzem: Najmanovich e Droeven (2002) pontuam que existem diversas formas e dispositivos para negar o outro, mas que a mais radical “é a que nega o outro enquanto tal, aquela que ataca o subtexto mais que o texto, aquela que não se dirige especificamente aos conteúdos mas aos lugares ou as formas da enunciação”. Em suma, a negativização da racionalidade do outro a partir da universalização/totalização d'A Racionalidade (ao invés da *minha* racionalidade ou da *tua* racionalidade) implica num processo de exclusão do outro⁴.

O outro que poderíamos ter diante de nós não mais pode ser sustentado, se não enquanto fantasma ameaçador. A “institucionalização inclusiva” do mesmo é feita também no nível das produções de si e do outro; o encontro não é mais possível, a relação permitida é a mediada por um protocolo (que se diferenciará de acordo com a redução que esse outro sofreu – há um protocolo para a vítima, um protocolo para o louco, outro para o bandido, ainda outro para o mendigo)⁵. A

⁴ As autoras complementam: “incluindo os outros que habitam o próprio sujeito” (Najmanovich e Droeven, 2002).

⁵ Aqui a temática deste escrito se aproxima da conceituação de violência de Tavares dos Santos, entendida como microfísica da violência. Para esse, a violência seria “uma forma de sociabilidade na qual se dá a afirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social [configurando-se] como um dispositivo de controle, aberto e contínuo. A violência seria a relação social de excesso de poder que impede o reconhecimento do outro [...] mediante o uso da força ou da coerção, provocando algum tipo de dano, um dilaceramento de sua cidadania, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática contemporânea. Envolve uma polivalente gama de dimensões, materiais, corporais e simbólicas, agindo de modo específico na coerção com dano que se efetiva: vivenciamos a *microfísica da violência*” (Santos, 2009, p. 68).

quebra desse protocolo por parte do reduzido só vem a confirmar nossa desconfiança, sua imprevisibilidade e seu perigo.

Um lugar-conceito foi delimitado, um inimigo foi construído. *Violentamente*⁶, nele foi carimbada e exilada a própria possibilidade e a causa da violência, na exterioridade caracterizada por um não-eu. Quais os efeitos dessa forma-inimigo, para além da ocupação do “invisível explícito”?

A condição inumana

Essa forma-inimigo permite um certo posicionar-se frente à alteridade. Na construção de um perigo potencial, produz-se um efetivo *mecanismo de resistência ao encontro*, que leva a uma forma de relação específica. Para explicitar esse ponto, é necessário recorrer a algumas construções teóricas que dizem respeito à condição humana.

Judith Butler e Adriana Caravero (2007), a partir de suas leituras de Hanna Arendt, nos apresentam o humano enquanto o exposto ao outro. Disso decorre que, não só nossa vulnerabilidade nos expõe à violência de outrem, mas também torna cada outro ser humano em vítima potencial de nossa violência.

A condição humana seria então a própria exposição enquanto vulnerabilidade. Talvez aqui seja útil e de interesse ressaltar o material a partir do qual as concepções dessas duas estudiosas foram produzidas. Hanna Arendt (1999) apresenta o homem como ser sujeito à necessidade, o que o levaria a empregar a violência contra os outros. No entendimento dessa filósofa, a violência seria o ato pré-político de libertar-se da necessidade para conquistar a liberdade no mundo. A vida política, onde tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência, foi a solução grega original para a fragilidade do homem. A violência passa então a ser vista como um modo pré-político de lidar com as pessoas.

Viver a vida na cidade [*pólis*] é então viver uma vida na qual pode-se ser visto e ouvido pelos outros, é viver um mundo comum de coisas com os outros seres políticos e poder, com isso, realizar algo mais permanente que a própria vida. Compartilhando desse mundo, o homem dá-se a

⁶ Ouçamos aqui, talvez, a deixa para a violência silenciosa.

conhecer aos outros, e assim ganha existência política. O contrário da vida política seria a vida privada, a qual se constituiria na ausência de outros: o homem não se dá a conhecer, e portanto, é como se não existisse.

Retornemos agora à discussão de Caravero e Butler. Em cenas de violência extrema, o atributo de inumano (indício de certa inexistência do homem) irrompe enquanto algo que marca ambos os polos ligados pela relação violenta: o agressor/torturador (que pela crueldade passa a ser descrito como inumano) e a vítima (que é reduzida a um estado de menos-que-humana). Tal relação pode se produzir, é sugerido pelas autoras, inclusive, como forma de revoltar-se contra a humanidade (a própria ou a de outrem), considerada insuportável em sua vulnerabilidade (Caravero & Butler, 2007).

A relação de violência une, através da atribuição do caráter de inumano, agressor e vítima.

Com tal proposição em mente, retomemos a cena apresentada na segunda esquete. Embora possamos reconhecer que os usuários do serviço que se mudaria possam estar reduzidos a “menos humanos”, dificilmente a atitude dos preocupados moradores do bairro que não os receberiam seria considerada desumana. São pessoas que apenas estão defendendo seus interesses, seus direitos. Sua reivindicação *não se dá contra ninguém*. Como conjugar essas leituras?

Essa expressão de violência foi silenciada. O que isso quer dizer? Nessa relação, a “vítima” permanece reduzida (e, com isso, mantém seu caráter de inumana), mas o agressor desaparece. A produção da vítima é lida como acidental ou essencial (é dada apenas por sua vulnerabilidade ou por tristes conjunções de contingências), e o outro polo da relação fica invisível. Temos uma violência sem autor, uma violência “pacificada”.

O silenciamento da violência produz uma divisão ainda mais marcada entre autor da agressão e vítima. Agora, nem mesmo a inumanidade os conecta.

Terceira esquete: Quando o silêncio faz-se ouvir

É uma tarde chuvosa e o Pesquisador caminha pela cidade no decorrer de suas andanças. Como sente fome, para em uma padaria para comprar alguns pães. Larga o guarda-chuva que até

então o protegia da torrente de água que cai do céu na porta do estabelecimento, para não molhar o chão do lugar. Em instantes, já está do lado de fora, com suas compras na mão. Mas não encontra o guarda-chuva onde o havia deixado.

Um novo personagem surge na cena. Sua indumentária e apresentação sugerem a denominação Morador-de-Rua: cabelo desgrenhado, protege-se da chuva vestindo uma capa improvisada de sacos de lixo. Sob a marquise da padaria, parece esperar que o tempo melhore para seguir seu caminho.

Inocente, o Pesquisador pergunta ao Morador-de-Rua se este vira um guarda-chuva preto escorado contra a parede, e surpreende-se com o silêncio do mesmo. Uma mensagem fácil é entrevista nesse silêncio, mas ambos os personagens resistem a aceitá-la. Uma das funcionárias da padaria sai do estabelecimento portando uma sacola com pães do dia anterior e a entrega ao Morador-de-Rua. O Pesquisador percebe que o mesmo esperava uma doação costumeira naquele lugar, aguardando pacientemente do lado de fora da padaria para não incomodar os clientes pagantes. Novamente sem palavras, o Morador-de-Rua aceita a comida e prepara-se para deixar a cena.

Mas eis que nesse momento toda uma série de novos acontecimentos se desenrola: a funcionária, preocupada, constata - mais que pergunta - ao Pesquisador que este havia chegado ali com um guarda-chuva; o Morador-de-Rua demonstra dificuldade no seu caminhar, e seu movimento demonstra que a capa de sacos de lixo esconde algo; a mensagem que não fora recebida irrompe alterando os lugares que cada um dos personagens ocupa.

A funcionária acusa e chama a atenção do Morador-de-Rua, que automaticamente retira o guarda-chuva subtraído de baixo da capa e o devolve sem palavras para o Pesquisador. Este, por sua vez, balbucia qualquer coisa, na tentativa de conjugar alguma ação que não engesse a cena a partir das percepções que passaram a circular. O Morador-de-Rua, convertido agora em Ladrão, quebra o acordo de ser um “bom” Morador-de-Rua; será possível que continue contando com a “beneficência” dos funcionários da padaria? O Morador-de-Rua/Ladrão, ainda mudo, baixa a cabeça e dá a volta na padaria, escondendo-se em meio àquilo que o Pesquisador enxerga como uma pilha de entulhos; seu refúgio atual, permeável à chuva que continua a cair. A funcionária explica que se não ameaçasse o Ladrão com as imagens das câmeras de segurança, o mesmo não devolveria o guarda-chuva.

O guarda-chuva na mão do Pesquisador se encontra coberto de sujeira, como se recém retirado de uma lata de lixo. Uma frase grafitada em um dos muros que delimita o cenário onde a cena se passa exclama: “puta vida cruel”.

De um intervalo necessário para considerações e uma pausa para um filme

Havia anteriormente apontado que a produção de uma forma-inimigo configurava um *dispositivo de resistência ao encontro*, o qual por sua vez prescrevia uma maneira de relação específica. Porém, na situação de violência silenciada, a própria relação é que é posta em questão: o campo onde desenvolve-se isso que *não* é lido como violência também *não* é ocupado por um autor; a violência torna-se “acidental”.

Com isso, não quero dizer que o silenciamento “esconda vilões”, que dessa forma se beneficiariam deste processo. A situação parece-me mais complexa do que isso. Mais do que esconder alguém, esse silenciamento da violência retira alguém da cena (talvez seja melhor dizer que esse alguém nem mesmo é colocado na cena): o encontro é impossibilitado, e os elementos “desencontrados” seguem protegidos.

Aquilo que faz a mediação desse não-encontro (e o possibilita) é um protocolo⁷. Na terceira esquete apresentada, um dos personagens assume a roupagem e responde ao protocolo de “bom morador-de-rua”, até o momento em que quebra o acordo que sustenta essa forma de funcionar. Essa descontinuidade, antes mesmo de gerar a visão do outro enquanto outro, é colonizada pela necessidade de outro protocolo. Produz-se o ladrão.

Os outros partícipes dessa cena não estão aí colocados enquanto sujeitos em relação com esse outro. Algumas pontuações de Vincent de Gaulejac (2011) podem nos ajudar a dialogar com as duas últimas esquetes apresentadas. Este autor fala de uma violência “inocente”, onde quem faz uso dela é “legítimo”, e os que sofrem da mesma sentem-se culpados; uma violência induzida pela qual ninguém é indiscutivelmente responsável, mas que todos contribuem para produzir.

Seja no caso dos moradores do bairro que não aceitam a presença de sujeitos que

⁷ Tal construção já foi explicitada também em âmbito clínico, como o excerto seguinte bem o demonstra: “O afastamento da singularidade de cada instante – por adesão a um receituário qualquer de vida – tolhe, abafa, a possibilidade de encontro” (Aragon, 2007).

desvalorizariam seus bens, seja no dos construtores da máscara de ladrão que o morador-de-rua passa a vestir, não estamos diante de sujeitos autores da violência, mas sim diante de instrumentos de uma relação de violência desumanizada.

Podemos enxergar aqui ecos do que Elias Canetti (tal como lido e citado por Deleuze & Guattari, 1995) aponta como a ação psicológica da *palavra de ordem*. Esse autor supõe que uma ordem (e, em nosso caso, nos referimos a uma ordem não só enquanto discurso imperativo, mas como um modo de organização implícito, que pode ser igualmente imperativo – uma forma histórica socialmente produzida) produz o que chama de um *agulhão* – uma interiorização da ordem - na carne e na alma, um *discurso indireto na fala*, que, por ser um corpo estranho ao corpo, é tido como o real culpado da ação ordenada. Tal “instância externa” preserva a inocência do ser que então serve de instrumento da relação de violência.

Há um filme que ilustra muito bem, ainda que de maneira caricatural, o modo como esses processos se colocam. Em *Brazil* (Gilliam, 1985), acompanhamos a vivência de Sam Lowry em uma sociedade extremamente burocratizada, onde uma departamentalização extrema da vida pública e uma organização racional e instrumental dos elementos humanos têm por efeito uma individualização exacerbada da sociedade.

Sam é um burocrata de pequena monta que trabalha no Departamento de Registros do Ministério da Informação. Em dada situação, seu chefe recorre a ele para lidar com um cheque de reembolso do Departamento de Recuperação da Informação: esse departamento havia interrogado a pessoa errada, e cobrado da mesma os custos do interrogatório. O cheque visava corrigir a cobrança indevida, uma vez observado o equívoco. Porém, o chefe de Sam não consegue enviar o cheque ao prejudicado pela situação, uma vez que não é possível encontrar as informações do mesmo nos sistemas. Nos diferentes registros de cada departamento, ele consta como “inexistente”, “deletado”, “inoperante”, “cortado”, “fechado”; Sam chega à óbvia conclusão de que tais eufemismos significam que o destinatário do cheque está morto. Mais tarde, descobriremos que esse homem morrera durante o interrogatório ao qual foi erroneamente submetido, em função do interrogador estar trabalhando com as informações clínicas da situação de saúde do “homem certo”, e não do “errado”. O interrogador ainda informa que normas muito rígidas evitam que esse tipo de situação aconteça, mas que não é culpa dele se o Departamento de Trânsito de Informações havia pego o homem errado.

Não é surpresa que o interrogatório é uma sessão de tortura, e que o interrogador vê seu trabalho apenas como exercício técnico de uma habilidade. É apenas parte do protocolo que os sujeitos trazidos pelo Departamento de Trânsito de Informações sejam submetidos a sua técnica (curiosamente, o “homem certo” que devido ao erro não chegou a ser interrogado é um “autônomo subversivo” – um engenheiro de ar-condicionado que trabalha clandestinamente para não precisar preencher os incontáveis formulários que o sistema exige para qualquer operação). O torturador inclusive aponta que não aceitaria, mesmo para resolver o problema de seu departamento, envolver-se em nada antiético.

No decorrer do filme, Sam acaba entrando em conflito com o sistema do qual faz parte inúmeras vezes, e ao fim passa a ser considerado um terrorista (passa a ser um dos *outros*). O que considero interessante destacar deste filme é que, embora retrate um regime de certo modo totalitário numa sociedade distópica, os antagonistas não são apresentados como vilões. Em verdade, o antagonismo encarna-se no caráter extremamente procedimental das relações; ninguém age como age por maldade ou crueldade, mas por ocupar seu lugar em uma sociedade que, bem ou mal, funciona da maneira que funciona.

Essa ilustração, que mesmo no seu exagero consegue prescindir do papel-clichê do vilão, nos aponta para algo muito útil na compreensão de como se estabelecem essas relações normalizadas de violência. A violência silenciada, tornada corriqueira, prescinde de agressores. A leitura que Huxley (2004) faz da vida urbana em uma sociedade excessivamente organizada parece muito condizente com a realidade apresentada por Terry Gilliam em seu filme: as pessoas relacionam-se umas às outras apenas como a encarnação de funções econômicas; suas existências deixam de ter qualquer sentido por si. Como bem pontua David Harvey (2011), o problema é sistêmico, e não individual: em diferentes níveis, todos somos forçados a obedecer às regras de um sistema que (esse sim) é cruel e insensível.

“A redução teórica da multiplicidade inadministrável à unidade compreensível torna-se a redução prática da diversidade humana à uniformidade subhumana” (Huxley, 2004). Todos podemos facilmente ser capturados por esses dispositivos de violência e tornados em seus instrumentos; basta que demos precedência a protocolos rígidos de interação com o outro em detrimento de nos permitirmos vivenciar um encontro⁸.

⁸ Ainda complementando as idéias de Aldous Huxley, algumas contribuições de Hanna Arendt nos dão outros elementos para pensar a sociedade caricata do filme de Terry Gilliam e a nossa sociedade “séria”. Segundo a filósofa, quanto mais burocratizada a vida pública, maior atração exerce a violência. Isso se dá uma vez que a burocracia é a forma de poder onde todos são privados de liberdade política – não há como discutir, a quem

Outras violências, outros silêncios

A leitura que realizei até agora pode se apresentar como totalizante, terrível e paralisante. Visto essa captura por funcionamentos que nos tornam instrumentos de violência ser tão fácil (e muitas vezes, imperceptíveis), como lidar com tal situação? Estamos, tal qual o rapaz da primeira esquete, presos entre a possibilidade de vivenciar a violência perceptível no lugar de vítima e vivenciá-la de maneira inconsciente no lugar de inocentes perpetradores?

Se é possível nos interrogar desde esse lugar, esse é um sinal de que a captura não é plena. Se há espaço para que se coloque um intervalo de criação, há possibilidade de resistência.

Vladimir Safatle (2011) diz que o pensamento é uma atividade com força para modificar nossa compreensão do que é, de fato, um problema, e do que nos impulsiona a agir. Com o verdadeiro pensamento, podemos ir além de escolhas feitas no interior de um quadro imposto (tal como as pequenas variações permitidas pelos protocolos que medeiam as relações onde o encontro não é possível) e fazer com que alternativas novas apareçam na mesa. Para que tal força crítica do pensamento aja, é imprescindível que possamos enxergar quais os verdadeiros problemas.

O que “chama” esse verdadeiro pensamento, tal como descrito por Safatle? Deleuze (segundo citado por Kastrup, s.d.) fala de signos, elementos que fazem parte do território e das subjetividades, mas que constituem também seus *poros*, pontos através dos quais se realizam seu movimento e sua transformação. Esses signos atuam *com violência*, pois *forçam a pensar* - instauram uma necessidade, põem problema e exigem sentido. Tal concepção compõe uma cartografia traçada por Virgínia Kastrup, que conclui que é preciso distinguir dois tipos de violência; uma que destrói e paralisa, e outra que cria; uma que produz um fechamento da cognição para a problematização a partir do medo, e outra que abre o sistema cognitivo, convidando a pensar diferentemente a partir da surpresa.

Parece-me útil atentar para essa distinção. Se por um lado há uma violência que fecha os limites da subjetividade e engessa os territórios, fazendo-nos lançar mão dos dispositivos de resistência ao encontro e ao acontecimento, também é uma certa intrusão violenta que, nos surpreendendo, aciona desejos que nos levam a ousar a transposição dos limites postos, um percorrer novos caminhos. Em uma palavra, possibilitam uma nova abertura ao encontro que estava

apresentar reclamações, etc. O governo de Ninguém, a burocracia, não é a ausência de governo: onde todos são igualmente destituídos de poder, temos uma tirania sem tirano (Arendt, 1985).

impedido.

Com tal construção teórico-prática em mente, retomemos os acontecimentos apresentados na terceira esquete. Focalizemos no encontro entre o Pesquisador e o Morador-de-Rua. Quando esses dois personagens encontram-se pela primeira vez, a entrada de cada um no campo perceptivo do outro gera uma perturbação mútua, a qual poderia facilmente ser capturada por fluxos normalizantes⁹; mas isso não é o que acontece num primeiro momento. Um silêncio instaura-se, um silêncio ainda não colonizado por procedimentos e protocolos, um silêncio ainda potencial. Se tal silêncio não fosse desfeito pela fabricação de um ladrão nos atos subsequentes, talvez ele pudesse ser campo de emergência de formas inéditas de reconhecimento e encontro.

O silêncio que surge de um encontro possível é um vazio de significados, puros fluxos sem nome nem endereço. No afã de encontrar uma maneira “segura” de proceder, tendemos a prever o perigo no desconhecido, e com isso produzimos um inimigo potencial. Esse já vem com “instruções” sobre “como lidar com”; além do que, possuir esses referenciais como plano de ação nos carrega novamente ao terreno do conhecido. Porém, é possível resistir a essa tendência, e permitir-se habitar esse desconhecido. Tal situação é mais incômoda, mas pode produzir um encontro não mediado por construções tão duras.

Vislumbram-se duas maneiras de vivenciar o silêncio: ocupá-lo, colonizá-lo com nossos fantasmas, medos, protocolos e purgá-lo de sua potência criativa para garantir uma pequena porção de segurança; ou habitá-lo, tomá-lo enquanto intervalo de criação, aceitá-lo enquanto indeterminação que não aceita identidades prêt-à-porter como balizadores úteis, intensidade que sustenta uma questão e obriga-nos a pensar novas formas de viver o encontro.

O silêncio ocupado é um silêncio não ouvido, aquele onde o próprio silêncio foi silenciado mediante uma falação que não permite que a potência do indeterminado se mostre. Aqui, o outro com o qual se lida é um *outro instituído*, construído enquanto identidade e “fácil”.

O silêncio que habitamos, aquele que nos propomos a ouvir, dá margem à surpresa. Para que possamos escutá-lo, convém tentar a *desinstitucionalização do outro*, a abertura e aposta no outro para além daquele outro já previsto que suportamos. E, por mais desconcertante que tal aposta possa ser, ela só é possível na disponibilidade de uma *desinstitucionalização do mesmo*. Tal movimento

⁹ Cabe destacar que normalizante está aqui sendo usado em referência àquilo que faz voltar à normalidade; e não àquilo que estabelece normas/parâmetros (nesse caso, o termo empregado seria normatizante).

para o desconhecido é a própria potência do outro, que talvez só seja possível apresentar-se na vivência do silêncio.

Após ter feito essas considerações, retomo a pergunta anterior: como, então, é possível resistir a ser capturado e tornado um instrumento da violência?

Essa violência pacificada que gera vítimas e prescinde de agressores é uma violência silenciada; calada, não se refere nem ao caráter potencial da violência que obriga a pensar e pressupõe a habitação de novos territórios existenciais, nem ao caráter criativo do silêncio. Para não cair em seu dispositivo paralisante, cabe dar voz a essa violência – torná-la não mais silenciada, mas silenciosa; não mais invisível, mas indeterminada; não mais naturalizada, mas produtora de questões.

Dar voz a esse silêncio é algo que só pode ser feito de maneira violenta. Slavoj Žižek, comentando os movimentos Occupy que tomaram as ruas no ano de 2011, comenta o quanto os manifestantes são violentos no mesmo sentido em que Mahatma Gandhi era violento; são violentos porque produzem e sustentam um incômodo e querem dar um basta no modo como as coisas são feitas. Segundo o filósofo esloveno, o silêncio (enquanto não construção de uma demanda definida) é a única coisa que não pode ser tomada ou capturada; o vazio criado pela conjunção do incômodo e do silêncio carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo (Žižek, 2011).

Um exemplo interessante dessa estratégia em funcionamento, que dialoga bem com a cartografia em construção, é aquele apresentado por Karina Boggio quando trata do que chama de processo de negociação de identidades no movimento migratório. Ouçamos um excerto de sua análise da prática do toque do tambor de *Candombe*¹⁰ pela comunidade uruguaia em Madri: “O bloco põe em cena as fronteiras de uma maneira não traumática, como uma agressão ritualizada que abre portas ao diálogo, favorece o contato e a oportunidade de negociar identidade. A música facilita a construção de uma fronteira de alteridade e permite elaborar o vínculo com os outros na interação” (Boggio, 2012). Tal processo demonstra uma visibilização de si em espaços que (ainda) não podem ser tomados como seus por parte dos imigrantes, que constroem sua presença nesses espaços através de uma *violência ritualizada* que permite a mediação para o encontro (e não como anteparo que protege e impede o encontro) e o compartilhamento do espaço¹¹. O outro se

¹⁰ Segundo os tradutores do artigo que apresenta essa pesquisa, Candombe é um ritmo proveniente da África, trazido pelos negros da raiz Bantú chegados ao Rio de la Plata, que tem sido parte importante da cultura uruguaia por mais de 200 anos

¹¹ Note-se que o silêncio do qual trato não se baseia na falta de som, mas na falta de certa cadeia de significações.

presentifica enquanto *outro*, alteridade, e não como risco.

Quarta esquete: Quando o silêncio faz calar

O Pesquisador agora faz parte de um grupo de estudantes de psicologia que participa de uma roda de conversa com internos de um manicômio judiciário; este é o último encontro de uma série de três em que os reunidos discutiam os direitos previstos legalmente para os usuários deste sistema, bem como a vivência que os internos tinham de uma medida de segurança. Durante esses encontros, foi construída a ideia de produzir um documento que desse materialidade e continuidade às conversas que ali correram, bem como às reivindicações e sugestões produzidas a partir da experiência. Esse dia fora programado para a finalização desse documento.

O grupo de internos da instituição que participava dessas rodas de conversa variou durante seus vários encontros. Nesse dia, um ponto que em outros encontros fora tido como simples e consensual gerou polêmica. O ponto em questão era a sensação de insegurança e as práticas injustas de resolução de conflitos dentro da instituição. Nos encontros anteriores, alguns participantes relataram que na emergência de uma situação-problema, a atitude que tomavam por mais acertada era manter-se quietos quanto àquilo que surgia; por exemplo, se ocorresse um roubo, não adiantaria denunciar o fato, e resolver o problema com as próprias mãos ocasionaria punição a ambos os partícipes do conflito, sem nenhuma perspectiva de resolução. A postura padrão era a resignação.

Quando esse ponto é levantado, um dos pacientes judiciários se exaspera, e nos ataca verbalmente dizendo que não entendemos nada, que aquilo era uma prisão e era assim que as coisas aconteciam; a instituição não deveria se meter nas brigas entre presos. Não era função de ninguém ser “babá de marmanjo”, e ninguém estava ali “de graça”; “aqui dentro, é tudo bandido”.

O ponto tornara-se polêmico. Outras pessoas tentavam falar, mas não conseguiam. Os estudantes sentiam-se na obrigação de *manejar a situação*, mas a tentativa de não atacar “a verdade” das afirmações desse Interno e ampliar a visão para a questão não parecia gerar diferença naquele campo discursivo. O Interno aponta que é normal em presídios roubos entre os internos; o Pesquisador, convocado por essa fala, lembra que isso não é uma constante apenas de casas prisionais, mas da sociedade como um todo. E pontua, lembrando reclamações que chegam a ele em outro local de trabalho: “até em creches”.

Esse comentário fora a gota d'água, e o Interno, indignado, levanta-se e abandona o recinto, para não mais voltar. Após um breve período, a discussão é retomada em um clima mais leve. Mas o Pesquisador não consegue sair da sensação de desconforto que se armou. Um dos objetivos dessas rodas de conversa era dar ouvidos a um lugar de fala normalmente ignorado, o dos internos. E para permitir isso, o Pesquisador usou-se da posição centralizadora que ocupava naquele momento e acabou atacando esse mesmo lugar. Silenciou para fazer falar.

O saber enquanto violência

A esquete apresentada levanta um ponto que até então não havia sido tocado em outros trechos deste escrito. Há alguns lugares de enunciação que são, por natureza, violentos, e tal característica torna ocupá-los algo sofrido.

O lugar de fala do pesquisador, ou o do especialista, é lugar privilegiado no estabelecimento de jogos de verdade. Sua equiparação com saberes legitimados (a academia, a ciência, o saber técnico etc.) por si só já torna seus enunciados mais “fortes” que outros, e mesmo quando as verdades provenientes desses lugares de saber não sobrepõem-se a outras verdades, corre-se o sério risco de que essas verdades menores passem a ser lidas apenas a partir da perspectiva que a “verdade maior” permite. É muito difícil para o Pesquisador narrar a situação acima relatada sem submeter os elementos da história a uma interpretação que delimite os sujeitos e suas falas a uma possibilidade interpretativa que minore seus jogos discursivos.

O Interno da esquete encontra-se sob custódia de um serviço que tem por prerrogativa ofertar tratamento a pessoas que tenham cometido algum delito, mas que nessa situação tenham sido avaliadas como legalmente incapazes de responder por sua conduta delituosa. Tal avaliação evidenciaria algum tipo de transtorno mental que a impediria de fazer julgamento da reprovabilidade de seu ato durante a execução do mesmo. Essa situação já desqualifica de início as verdades que o Interno venha a proferir, e essas se tornam ainda mais facilmente questionáveis quando, na narrativa (que, embora no caso em questão não se propunha a ser, poderia ser uma descrição “técnica” de um “especialista”) usam-se termos e expressões como “se exaspera”, “nos ataca”, “indignado”, “não permite aos outros falar”...

A transformação pela qual passa o lugar de enunciação da verdade “menor” (no caso, o

corpo do Interno) quando interpretado a luz do saber dessa verdade “maior” (aqui, o saber técnico) é efeito daquilo que Deleuze e Guattari (1995) chamam de *palavras de ordem*. Estas, quando dentro de circunstâncias que as tornam o que são, seriam responsáveis pelas *transformações incorpóreas* produzidas por um *enunciado performativo* (por exemplo, a metamorfose do noivo em marido ocorrida quando da declaração do padre, ou do rapaz da primeira esquete em delinquente pela sentença do promotor). A explicitação da condição de interno de manicômio judiciário, dentro de circunstâncias onde tal enunciado faça sentido ser proferido (tal como a sentença de incidente de insanidade mental dentro do sistema judiciário, ou a alocação das expressões anteriormente mencionadas para um público de profissionais da área do psiquismo), faz com que o personagem Interno sofra uma transmutação em louco, louco-delinquente, enviesado, dentre outras possibilidades – possibilidades as quais limitam a força de reverberação de sua verdade.

Na cena apresentada na esquete, a intervenção do Pesquisador (ainda que com intenção oposta) calou uma questão e silenciou violentamente uma verdade; não formou-se um silêncio potente de criação, mas sim o silêncio da palavra impedida. O Pesquisador não percebeu o lugar desigual que ocupava, e sua ação foi instrumental em manter o silenciamento que tentava romper.

Tomei a expressão *violência silenciada* de Vera Vital Brasil (2009), que a mesma utiliza quando trata da vivência da violência como um fenômeno invisibilizado no âmbito clínico. A interpretação especializada que purga a violência de uma cena só pode fazê-lo uma vez que utiliza-se dessa relação violenta e desigual para calar a expressão do corpo sofrente¹². Bicalho, Kastrup e Reishoffer (2012) apontam a necessidade do profissional psicólogo estar sempre atento ao fato de que está sendo constantemente produzido e dominado por estratégias de poder, onde o próprio saber psicológico ajuda a naturalizar subjetividades e mecanismos de segregação e dominação.

O perigo dos discursos dos “profissionais do psiquismo” já é evidenciado por Baptista (1999), quando ele diz que esses, juntamente com religiosos e artistas, através de posturas microscópicas, preparam o solo para uma série de atos que materializam preconceitos, exclusões e violências, prescrevem modos corretos de existir e fragmentam a violência remetendo-a a

¹² Aqui aproximamo-nos da concepção de Marilena Chauí a respeito da violência enquanto transformação dos diferentes em desiguais e dessa desigualdade em uma relação de poder: “Em lugar de tomarmos a violência como violação e transgressão de normas, regras, etc., preferimos considerá-la sob dois outros ângulos. Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e de opressão. Isso é a conversão dos diferentes em desiguais e a desigualdade em relação entre superior e inferior. Em segundo lugar, como ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como uma coisa. Está caracterizada pela inércia, pela passividade e pelo silêncio. De modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.” (Chauí, 1985, citado em Conselho Federal de Psicologia, 2009).

particularidades, a casos individuais. O tramar desses discursos, no dizer do escritor, é análogo à atitude de amolar facas.

O Pesquisador percebeu que calou quando queria fazer falar. Essa percepção gerou nele um incômodo. Embora não houvesse como evitar a intervenção já feita, uma necessidade de tomar cuidado com as possibilidades de calar integrou-se às práticas deste pesquisador. Que aprendizado derivou dessa vivência?

Vamos a última esquete.

Quinta esquete: Experiências efêmeras

Cena 1 – Para não dizer que não falei de sonhos

É uma manhã de segunda-feira, e em minutos a semana de trabalho vai começar em um serviço de saúde da região norte de Porto Alegre. O Pesquisador, como de praxe, chegou adiantado à unidade de saúde na qual estagia e se encontra na sala de estudos da mesma – que, por ser o único espaço do local não configurado como espaço de atendimento, faz também as vezes de espaço de encontro e reunião entre os funcionários – para terminar a leitura que fazia no ônibus que o trouxe ao lugar. Uma colega psicóloga, residente do serviço, entra na sala e o cumprimenta, dizendo que precisava contar um sonho que tivera onde o Pesquisador aparecia.

No sonho da Residente, ambos estavam na mesma sala de estudos, sentados em volta da mesa discutindo casos, como comumente acontece. Em dado momento da discussão, alguém pergunta sobre a história de um dos usuários envolvidos no caso em questão. Com isso, a Residente toma um dos prontuário que estava sobre a mesa e diz que a história da pessoa constava registrada naquelas folhas. Nesse momento do sonho, o Pesquisador, incomodado, diz que não bastava ali estar escrita uma história da pessoa, mas que o usuário em questão é que tinha de escrever sua história.

O relato do sonho finda aí. Mas gera considerações entre os presentes na sala. No que diferiria um registro de um atendimento em prontuário se quem o fizesse fosse o próprio atendido, ao invés do profissional que o atende? Quais elementos apareceriam, e quais não? Seria possível, não apenas permitir que a evolução desses registros fosse de autoria do usuário, como também

pensar o seguimento do acompanhamento a partir dessas evoluções?

Cena 2 – A questão da escrita

O Pesquisador senta-se frente ao computador. Ao redor dele, monta-se uma enorme estrutura de apoio ao exercício da escrita, composta do diário de bordo, muitos livros, folhas de anotações e relatos. As palavras e ideias relutam em ocupar a representação luminosa que simula a folha de papel.

Em seu esforço, o Pesquisador se pergunta: por que as palavras teimam em surgir? Tomado por tal questão (e pela improdutividade que tomou sua escrita), ele atenta para a própria experiência do escrever. Algo de sofrido começa a desenhar-se, e o Pesquisador entende que está novamente frente ao seu objeto. Na tradução do pensamento “privado” em escrita “pública”, a violência surge, furtiva e silenciosa.

O Pesquisador percebe que se não permitir-se pôr em relação com ela, não poderá escrever. E recomeça o trabalho de dar fixidez e transmissibilidade aos pensamentos que o assaltam.

Última digestão – Antropofagizar e criar corpo

A escrita fixa ideias fluídas e incomunicáveis em um instante material; dá uma forma datada a uma construção em processo. O fenômeno, quando traduzido e posto em forma de texto, é tanto reduzido quanto ampliado: é mais do que era, pois passa a ser comunicável e transmissível de maneira organizada, mas também é menos, uma mera fotografia de um processo (e de leituras desse processo) que não cessa de variar.

O Pesquisador agora sabe que se não tomar para si o lugar de violência que a escrita exige, nenhuma parte de sua cartografia será transmissível. Também sabe que uma cartografia que não gere movimentos, que não sirva de elemento e ferramenta para a construção de outros mundos, não merece tal nome; seria apenas um saber estéril. Tal conhecimento não torna sua tarefa mais fácil. Não basta apenas vontade para que a pesquisa produzida tome corpo no papel; é necessário que o

pesquisador-cartógrafo tenha se constituído enquanto tal. E um pesquisador parece ter se constituído, nas vivências de campo, no processo de escrita e no devoramento antropofágico.

A dificuldade de transpor as palavras para o papel é a dificuldade de traduzir uma linguagem sem fonemas, produzida mais com o corpo do que com as letras, em uma comunicação escrita que não perca no processo suas propriedades mais ricas e distintas. Para aprender e entender a experiência de produção de si enquanto pesquisador, nutri-me dos escritos de Loïc Wacquant, sociólogo francês que descreve seu processo de teorizar sua experiência em tornar-se pugilista como algo que só lhe foi possível a partir do momento em que constrói meios de utilizar do próprio corpo como ferramenta de pesquisa e vetor de conhecimento (Wacquant, 2004). Mais que isso, ele trabalha com o próprio processo de aprendizado como técnica de investigação (Wacquant, 2011); então, é no moldar do pesquisador que o objeto de pesquisa (e a pesquisa propriamente dita) se constrói.

Com isso, o sociólogo não quer dizer que se deva ir a campo sem preparo: o objetivo não é “tornar-se nativo”, mas “tornar-se um nativo metodologicamente equipado”. Isto é, carregar consigo instrumentos do campo conceitual que não se configurem como respostas às questões que a pesquisa impõe, mas como um modo de colocar as perguntas no mundo pesquisado (Wacquant, 2011), de maneira a não permitir-se ser inocentemente capturado pelos fluxos, mas compor com os mesmos o campo de emergência do pesquisador e de sua pesquisa.

Foi preciso ao pesquisador-cartógrafo criar um corpo para poder vivenciar o campo. Para expressar sua vivência, foi preciso encontrar um estilo que não confrontasse de maneira destrutiva o vivido: uma maneira de refletir o objeto sem violentá-lo, de pautar o novo como novidade (Adorno, 2003), tal como este se deu no encontro com o corpo constituído¹³.

Compreendendo, como postula Yves Schwartz (2010) que a pesquisa, assim como toda atividade, é uma dramática em que acontece algo entre normas antecedentes e tudo aquilo que é preciso renormatizar¹⁴ em ato, o cartógrafo sabe que é na tensão entre o protocolo padrão da apresentação de uma pesquisa e na necessidade de pôr algo de si no espaço de invenção não-padronizado que será possível estabelecer um estilo que não violente o objeto.

¹³ Yves Schwartz (2010), propõe a expressão *corpo-si* para designar isto que faz experiência, isto que carrega nossa história sem que nós mesmo saibamos disso, o corpo implicado na ação.

¹⁴ No texto de Yves Schwartz o termo *renormatizar* é utilizado, mas ver nota 9 para uma explicação do porquê aqui faço uso do termo *renormatizar*.

Convocado a criar um estilo que permita a violência silenciosa ser ouvida de maneira potente, o cartógrafo lança mão de uma forma de lidar com a narrativa que lhe foi sugerida por um conjugado de forças e afetos literários: a “brinciação no respeito”. Tal achado é a combinação de duas falas ocorridas no livro *Terra Sonâmbula*, de Mia Couto (2007), e o leio como a possibilidade de reabitar - de maneira lúdica -, no momento de escrita (narrativa), os fluxos afetivos que foram vivenciados em campo de maneira a dar-lhes expressão, produzindo ficções, apropriando-se respeitosamente dessas histórias.

Essa “brinciação no respeito” pode ser uma proposição que venha responder à necessidade de uma nova sensibilidade artística que dê conta das violências intrínsecas ao desenvolvimento de uma nova terra ética. Essa nova terra ética seria uma nova garantia para a dignidade humana, que, segundo Arendt, somente seria encontrável em novos princípios políticos e que, segundo Agamben, seria resultado da reflexão sobre os cenários de violência extrema e da análise dos discursos produzidos pelas subjetividades supostas a eles (Klein, 2010). Klein diz que a arte está aí para mostrar que é possível apropriar-se criticamente da violência, ao invés de simplesmente vivê-la, repeti-la e sofrê-la. Não só tomo isso como aposta, mas também aponto esse “potencial lúdico respeitoso” como outra via que permite essa apropriação crítica da violência.

A apropriação da violência enquanto resistência

A violência silenciosa não foi audível em todas as situações de violência percorridas. Essa violência, que, na falta de palavras e formas que lhe outorguem um modo de funcionar, conserva sua plena potência de diferir de si mesma e colocar questões, em verdade muito pouco deixa-se entrever, e mais seguido mostra-se como algo a se construir do que algo a se preservar. É nas linhas de fuga das violências silenciadas que podemos construir a possibilidade de vivenciar o silêncio que permite a criação de uma realidade e a narração de uma vivência; ao invés da colonização da realidade através de um saber que cala a vivência e explica uma coisa-realidade. É possível entender, a partir daí, as violências e os silêncios reconhecidos nesse percurso de maneira semelhante às *palavras de ordem*.

A *palavra de ordem* é sempre uma sentença de morte – pois implica numa limitação e perda daquilo que o corpo sujeitado a ela era – mas também outra coisa; algo como um grito de alarme ou uma mensagem de fuga (Deleuze & Guattari, 1995). Embarcar na fuga compreendida na palavra de

ordem parece ser o caminho para escapar do silêncio ocupado e torná-lo novamente no silêncio habitável. A aposta é em reconverter a *violência silenciada* em *violência silenciosa*.

Žižek (2012) aponta algumas formas de tomar a violência em sua potência, ao invés de tentar uma (possivelmente malograda) resistência em não capturar-se. Ele chama de “política [ou ato] de Bartleby”¹⁵ a ação de interromper a ocupação da situação que impõe questão (no caso da minha cartografia, a transformação do silêncio habitável em silêncio ocupado) pela recusa em tomar parte nos papéis prescritos pelos protocolos que dali adviriam. Nessa atitude, não só a violência e a não-violência se sobrepõem (e o filósofo entende que a não-violência talvez seja a mais alta violência) como o ato e a inatividade se conjugam (o entendimento é de que não há, nessa situação, ato mais radical do que nada fazer). Outra forma como esse autor trabalha uma violenta resistência é quando propõe a leitura do gesto cristão de “dar a outra face” como um ato combativo. Segundo a leitura dele, baseado em uma explicação de Matt Dabbs a respeito dos costumes judaicos no período do início da era cristã, um tapa com as costas da mão era considerado mais humilhante do que um tapa com a palma da mão. A instrução de “se alguém te fere a face direita, oferece-lhe também a esquerda”¹⁶ implica não em uma submissão pacifista à situação de violência, mas um convite, uma provocação para ver se o agressor está disposto a, com o segundo tapa, dizer que o agredido está agora mais próximo dele do que indicava o primeiro golpe. Tal ato é a afirmação violenta de si mesmo enquanto presente na relação; uma aposta na aproximação dos dois polos da relação de violência que põe em questão novamente o protocolo que funcionava, de forma que o outro volta a apresentar-se como um outro descolonizado.

Essas posturas apresentam exemplos de estratégias que permitem em ato devolver à violência seu silêncio criativo, sua tensão, seu potencial de manter questão. Mas não limitam esse campo de possibilidades; há outras formas de tornar o silêncio habitável e possibilitar a abertura para o encontro no seu interior, e é pensando nisso que proponho essa postura lúdica, esse permitir-se uma surpresa própria da novidade enxergada pelos olhos de uma criança que se aproxima do ainda desconhecido. Como aponta Ricardo Rodolfo (2008), o brincar “sabe” diferir, criar o novo, praticar a diferença; o encontro carrega em si algo dessa potência lúdica, em que a criação de um novo se dá através da atribuição de um “brilho divino” que infunde vitalidade ao brinquedo-encontro. Habitar a violência tomando-a em seu potencial criativo é driblar o *mecanismo de resistência ao encontro*, permitir-se ser tomado pelas questões impostas pela *violência do signo*, e

¹⁵ Nomeada em função de Bartleby, o escriturário, personagem que dá nome ao conto de Herman Melville, conhecido por sua insistência em “preferir não” a todo requerimento que lhe fazem.

¹⁶ Por considerar-se que a maior parte das pessoas da época era destra, ferir na face direita seria análogo a um tapa com as costas da mão.

com isso, vitalizar encontros; algo tão sutil e complexo quanto permitir-se brincar.

Conclusão?

No decorrer desta pesquisa, muitos caminhos foram trilhados, vários dos quais não eram conhecidos quando a questão que a originou se colocou. No percorrer essas trilhas, pesquisador e pesquisa perceberam-se mudados, afetados por essa interação; é essa interação que ganha expressão nas páginas que compõem este relato. Chega o momento em que este escrito encaminha-se, não para uma conclusão (pois não considera sua função fechar a questão, mas sim servir de instrumento para manter sua potência questionadora), mas para seu fim (sempre uma convenção, decisão arbitrária de onde parar).

O “fim” que cabe aqui fazer é um fim análogo à pausa com que Scherazade marca cada uma de suas histórias quando da chegada dos primeiros raios da aurora: um silêncio-resistência, a interrupção do falar, que conjugado à narrativa precedente, quebra o mortal protocolo elaborado e até então seguido pelo rei Shahriyar e protege a vida (da narradora e daquilo que ela conta) por mais um dia, dando espaço a um *novο começar*.

Com tal concepção de fim enquanto pausa narrativa, cabe fazer eco às palavras de Fra Mauro, tais como comunicadas por James Cowan (1999). Não há, para o momento, muito mais a fazer. Embora as questões que se impunham no início do trabalho permaneçam (ainda que mudadas nesse processo), em nenhum momento o objetivo deste era fazer com que as mesmas findassem, e posso sentir-me satisfeito com o resultado deste caminhar. Acredito que a violência e o silêncio permanecem tão enigmáticos quanto no primeiro momento em que tomei-os enquanto questão; talvez até ainda mais enigmáticos. Completei um mundo, o qual possui uma forma física e, ao mesmo tempo, uma forma imaterial: a escrita que dá voz a esse acontecimento, e as experiências que dão corpo ao mesmo.

Assim, vejo este trabalho mais como um convite a percorrer e encontrar-se com esse campo de emergências. “Que o mundo que moldei possa ser, ao menos, o primeiro passo na criação de muitos outros igualmente ricos” (Cowan, 1999).

Referências

- Adorno, T. W. (2003). O ensaio como forma. Em T. W. Adorno. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Editora 34.
- Aguiar, K. e Lima, S. M. (2012). Observar. Em T. M. G. Fonseca, M. L. do Nascimento, e C. Maraschin. (orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.
- Aragon, L. E. P. (2007). *O impensável na clínica: virtualidades nos encontros clínicos*. Porto Alegre: Sulina.
- Arendt, H. (1985). *Da violência*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Arendt, H. (1999). *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Baptista, L. A. (1999). *A Cidade dos Sábios: Reflexões sobre a dinâmica social nas grandes cidades*. São Paulo: Summus editorial.
- Bicalho, P. P. G., Kastrup, V. e Reishoffer, J. C. (2012). Psicologia e segurança pública: invenção de outras máquinas de guerra. *Psicologia & Sociedade*, 24 (1).
- Boggio, K. (2012). Estrondo e *Candombe* em Madri: negociações identitárias no território do *outro*. Em A. F. Lima (org.). *Psicologia social crítica: Paralaxes do contemporâneo*. Porto Alegre: Sulina.
- Bondía, J. L. (2002). Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19.
- Brasil, V. V. (2009). Subjetividade e violência: a produção do medo e da insegurança. Em J. C. Mourão (Ed.). *Clínica e Política 2: Subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas*. Rio de Janeiro: Abaquer: Grupo Tortura Nunca Mais.
- Cage, J. (Compositor) & Tudor, D. (Executor) (1952). *4'33"* [Vídeo]. Recuperado em 25 de outubro de 2012 de <http://www.youtube.com/watch?v=HypmW4Yd7SY>.

Caravero, A. & Butler, J. (2007). Condição humana contra “natureza”. *Estudos Feministas*, 15(3). p. 647-662.

Castro, E. A. S. (2012). Segregação Socioespacial, Constituição do Sujeito e Significação do Cotidiano. *Psicologia e Sociedade*, 24(1). p. 75-83.

Conselho Federal de Psicologia. (2009). *Serviço de Proteção Social a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual e suas Famílias: referências para a atuação do psicólogo*. Brasília: CFP.

Costa, L., Angeli, A. do A. C., e Fonseca, T. M. G. (2012). Cartografar. Em T. M. G. Fonseca, M. L. do Nascimento, e C. Maraschin. (orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.

Couto, M. (2007). *Terra sonâmbula*. São Paulo: Companhia das Letras.

Cowan, J. (1999). *O sonho do cartógrafo: meditações de Fra Mauro na corte de Veneza do século XVI*. Rio de Janeiro: Rocco.

Deleuze, G. (2006). *Diferença e repetição*. Rio de Janeiro: Graal.

Deleuze, G. & Guattari F. (1995). 20 de novembro de 1923 – Postulados de Lingüística. Em G. Deleuze & F. Guattari. *Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia*. vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Escóssia, L. (2012). Coletivizar. Em T. M. G. Fonseca, M. L. do Nascimento, e C. Maraschin. (orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.

Foucault, M.(1992). A escrita de si. Em *O que é um autor?* Lisboa: Passagens.

Gilliam, T. (Diretor). (1985). *Brazil* [DVD]. 20th Century Fox.

Goulejac, V. (2011). A NGP: a Nova Gestão Paradoxal. Em P. F. Bendassolli e L. A. P. Soboll (ogs.). (2011). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho*

na atualidade. São Paulo: Atlas.

Harvey, D. (2011). Os rebeldes na rua: O Partido de Wall Street encontra sua nêmesis. Em D. Harvey et al. (2012). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.

Heidegger, M. (2006). Aletheia (Heráclito, fragmento 16). Em M. Heidegger. *Ensaio e conferências*. Petrópolis: Vozes ; Bragança Paulista: Universitária São Francisco.

Huxley, A. (2004). *Brave New World Revisited*. Londres: Vintage Books.

Kastrup, V. (2007). O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 15-22.

Kastrup, V. (s.d.). Cartografias Literárias. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, 14(2).

Klein, K. F. (2010). O testemunho e a literatura. *Letrônica*, 3(1).

Lazzarotto, G. D. R. e Carvalho, J. D. de (2012). Afetar. Em T. M. G. Fonseca, M. L. do Nascimento, e C. Maraschin. (orgs.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina.

Lobo, L. F. (2008). *Os infames da história: Pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina.

Moura, R. S. (2007). *Sutis violências e o espelho midiático: uma abordagem crítica da cultura contemporânea*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Najmanovich, D. (2000). *Silencios activos, silencios pacivos: Lo que el relato cientificista deja en el limbo*. Recuperado em 17 de junho de 2012, de http://www.denisajmanovich.com.ar/htmls/0300_textos/silenciosactivos.zip

Najmanovich, D. e Droeven, J. (2002). *De la cibernética a la complejidad: el devenir de la reflexión*. Recuperado em 17 de junho de 2012, de

http://www.denisenajmanovich.com.ar/htmls/0301_textos.php

Passos, E. e Benevides, R. (2009). Por uma política da narratividade. Em E. Passos, V. Kastrup, L. da Escóssia. (Orgs.). *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Sulina.

Rodulfo, R. (2008). Encontros: Sonata para psicanálise a várias vozes. *Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre*, n. 35.

Rolnik, S. (2006). *Cartografia Sentimental: Transformações Contemporâneas do Desejo*. Porto Alegre: Sulina.

Safatle, V. (2011). Amar uma idéia. Em D. Harvey et al. (2012). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.

Santos, J. V. T. (2009). *Violências e Conflitualidades*. Porto Alegre: Tomo Editorial.

Schwartz, Y. (2009). Manifesto por um ergoengajamento. Em P. F. Bendassolli e L. A. P. Soboll (ogs.). (2011). *Clínicas do Trabalho: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas.

Schwartz, Y. (2010). A experiência é formadora? *Educação e Realidade*, 35(1).

Sontag, S. (1988). AIDS e suas metáforas. Em S. Sontag (2007). *A doença como metáfora, AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras.

Wacquant, L. (2011). Habitus as Topic and Tool: Reflections on Becoming a Prizefighter. *Qualitative Research in Psychology*, 8, 81-92. Recuperado em 02 de outubro de 2012 de <http://www.loicwacquant.net/papers/recent-papers/>.

Wacquant, L. (2004). The Taste and Ache of Action. Em L. Wacquant. *Body and Soul: Ethnographic Notebooks of an Apprentice Boxer*. New York: Oxford University Press. Recuperado on-line de <http://www.loicwacquant.net/papers/on-incarnation/>, em 02 de outubro de 2012.

Žižek, S. (2011). O violento silêncio de um novo começo. Em D. Harvey et al. (2012). *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo.

Žižek, S. (2012). *Vivendo no fim dos tempos*. São Paulo: Boitempo.